



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 016/2023

Número de referência: CGE-PRC-2022/00382 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Questionamento acerca de qual é prazo para elaboração de Carta de Serviços aos Usuários do CEETEPS. Pedido não é objeto da LAI. Não conhecimento.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 016/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta o órgão explicou à solicitante que a relação de serviços prestados pelo órgão, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público estão disponíveis no endereço eletrônico do CEETEPS e encaminhou o passo a passo para ter acesso as informações: *"na home page do Centro Paula Souza: www.cps.sp.gov.br, logo no início da página, no lado esquerdo da tela, clicando em quem somos, o cidadão se depara com todas as informações preliminares da casa e com as informações sobre os serviços prestados, a missão, visão e valores. Não bastando, ao clicar, ainda na home page, nos ícones Etec; Fatec, EAD e Pós-Graduação, o cidadão terá ampla ciência das formas de acesso aos serviços, frisando-se que todos os padrões de qualidade e atendimento também constam do site e sempre são amplamente divulgados, até mesmo pela mídia".* Em recurso, o ente forneceu esclarecimentos complementares; esclareceu que o objetivo da carta de serviços é conceder visibilidade e transparência aos serviços prestados pelo órgão, contribuindo para facilitar o acesso, garantir a qualidade dos serviços prestados e estimular a participação dos usuários no processo contínuo de melhoria desses serviços e salientou que todos os conteúdos exigidos por lei estão divulgados no site do órgão sem a efetiva redação de documento expresso.
3. Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, perguntando qual é o prazo estipulado para elaboração da carta de serviço do Centro "Paula Souza".
4. Instado a se manifestar o órgão forneceu o link de acesso para a página eletrônica onde estão inseridas as informações requeridas. A interessada foi cientificada.
5. No caso em apreço, observa-se que não foi realizado um pedido com base na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI). Nesse sentido,

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

- cabe esclarecer que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, conforme disposto no artigo 7º da referida LAI.
6. Cabe salientar que a Controladoria Geral do Estado acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União, no sentido de que *“a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”*. (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
 7. Desta forma, o presente recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, carecendo, portanto, de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso, conforme previsto no artigo 20, caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação alterada pelo artigo 31 do Decreto nº 61.175/2015, com alterações posteriores.
 8. Considerando que não se almeja reforma da resposta ofertada pelo órgão, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
 9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
 Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público